

VOX

MEDICA

Mala Direta
Postal

640000286-DR/RS
SIMERS

*** CORREIOS ***



Publicação Mensal | Ano VII | Março 2010 | Número 50

REMUNERAÇÃO É PRIORIDADE

Com diretoria
renovada, SIMERS
projeta três anos
de intensa luta por
melhores salários
para a categoria

Páginas 8 a 10



SIMERS

Sindicato Médico do Rio Grande do Sul

Esta revista não publica
anúncios da
indústria
farmacêutica.

DMED:

PROFISSIONAIS LIBERAIS ESTÃO ISENTOS

Conforme análise da Assessoria Jurídica do SIMERS, nova exigência da Receita Federal não deve ser aplicada às pessoas físicas, como os médicos

EXIGÊNCIA FISCAL ANUNCIADA EM DEZEMBRO de 2009 tem causado dúvidas entre os médicos. Por meio de Instrução Normativa, a Receita Federal instituiu nova obrigação para pessoas jurídicas prestadoras de serviços de saúde e operadoras de planos privados de assistência: a Declaração de Serviços Médicos (DMED). "Contudo, o médico que exerce individualmente sua profissão não está obrigado a apresentar a DMED, já que não se enquadra no conceito de pessoa física equiparada à pessoa jurídica nos termos da legislação do IR", destaca o advogado tributarista Cláudio Tessari, que, por meio do escritório

Foto: Contraste/Agência

“O médico que exerce individualmente sua profissão não está obrigado a apresentar a DMED, já que não se enquadra no conceito de pessoa física equiparada à pessoa jurídica nos termos da legislação do IR”.

Dr. Cláudio Tessari,
advogado tributarista

foto | Patrícia Comunello



Ernest, Tessari & Caetano Advogados Tributistas e Contadores Associados, presta suporte aos associados do SIMERS.

Conforme o estabelecido pela norma, as pessoas jurídicas ou equiparadas nos termos da lei são obrigadas a apresentar a Declaração — que lista os pagamentos recebidos por serviços prestados, com o respectivo nome e CPF do paciente. “Assim, o contribuinte médico pessoa física pode entender, equivocadamente, que está enquadrado no conceito de equiparação”, explica, lembrando o disposto pelo parágrafo 1º do artigo 150, do Regulamento do Imposto de Renda (veja no box ao lado).

O mesmo texto em seu parágrafo seguinte, no entanto, exclui desse regramento a categoria, quando explica que profissões ou atividades não são caracterizadas como empresas individuais. “Sendo assim, não tenho a menor dúvida de que os profissionais liberais médicos não estão obrigados a apresentar a DMED, caso desenvolvam seu trabalho no consultório, em caráter pessoal, e forneçam recibo apenas com seu CRM e CPF”, conclui o dr. Tessari. A entrega daquela Declaração passa a ser exigida a partir do próximo ano.

O QUE DIZ A REGULAMENTAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA:

Art. 150. As empresas individuais, para os efeitos do imposto de renda, são equiparadas às pessoas jurídicas.

§ 1º São empresas individuais:

II — As pessoas físicas que, em nome individual, explorem, habitualmente e profissionalmente, qualquer atividade econômica de natureza civil ou comercial, com o fim especulativo de lucro, mediante a venda a terceiros, de bens ou serviços.

§ 2º O disposto no inciso II do parágrafo anterior não se aplica às pessoas físicas que, individualmente, exerçam as profissões ou explorem as atividades de:

I — médico, engenheiro, advogado, dentista, veterinário, professor, economista, contador, jornalista, pintor, escritor, escultor e de outras que lhes possam ser assemelhadas.